

# Notícias do sindicato dos professores de são paulo

CAMPANHA SALARIAL

## Nova convenção do ensino superior repõe inflação e traz novidades

Os professores do ensino superior aprovaram em assembléia a convenção coletiva de trabalho 2007, com validade anual, que garante índice de reajuste de 3,5% em abril, mais 0,5% em agosto, totalizando 4% na base salarial.

O percentual repõe as perdas inflacionárias apuradas no período da data-base da categoria. Basta ter como referência o acumulado do ICV-Dieese - que é sempre a referência dos trabalhadores para as negociações salariais -, de março de 2006 a fevereiro de 2007: 2,9%. Ou a média do acumulado dos três principais índices inflacionários, no mesmo período, que ficou em 3,03%. A base salarial para a próxima campanha está, portanto, recomposta.

A nova convenção traz também algumas novidades. A primeira delas é a criação de uma comissão intersindical que terá o compromisso de estabelecer, em seis meses, a regulamentação do trabalho docente na educação a distância, no ensino semi-presencial, nos cursos modulares e seqüen-

ciais. O objetivo é discutir as mudanças que estão ocorrendo nas relações de trabalho por conta dessas novas formas de ensino e regulamentá-las de forma de garantir o respeito ao trabalho do professor. Essa mesma comissão irá trabalhar também na normatização dos planos de carreira, que nos últimos anos têm sido instrumento para as escolas reduzirem salários. O SINPRO-SP já trabalha no detalhamento de propostas para o início dos trabalhos dessa comissão.

Outra novidade é que a partir de agora as instituições de ensino estarão obrigadas a discriminar no comprovante de pagamento qual é o enquadramento do professor no plano de carreira. A medida, que parece simples, é de grande importância, já que servirá de documento formal de qual é o valor do salário pago ao professor por aquela determinada faixa do plano de carreira.

A convenção coletiva 2007 garante, pela primeira vez, a entrada do SINPRO-SP nas instituições de ensino superior. Agora,



o Sindicato passa a ter acesso à sala dos professores uma vez por mês, podendo levar aos docentes as informações de seu interesse e orientá-los sobre seus direitos.

Estão mantidas todas as cláusulas da convenção coletiva do ano passado, con-

quistas históricas como garantia semestral de salários, hora-atividade, assistência médico-hospitalar e bolsa de estudo, entre muitas outras.

[leia mais na página 2]

## Jornada pedagógica do SINPRO-SP. Participe!

Ainda estão abertas as inscrições para a jornada pedagógica "Inclusão, Educação e Sociedade" que o Sindicato realiza no dia 25 de maio, no auditório do hotel Travel Inn, em São Paulo (Rua Borges Lagoa, 1.209).

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas por telefone (5080-5988) ou e-mail (jornadapedagogica@sinprosp.org.br). Vagas limitadas. Serão fornecidos certificados a todos os participantes da jornada.

Os professores do Sesi e do Senai têm falta abonada.

### Programação

#### Manhã

- » 9h às 10h15 - "Diversidade ou inclusão: uma escolha necessária"  
Sylvia Gouvêa, educadora, foi conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação quando foram instituídas as diretrizes curriculares para educação especial
- » 10h15 às 11h30 - "Atendimento educacional especializado: o que, por que, como e onde fazer?"

Maria Tereza Eglér Manton, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade da FE-Unicamp  
Tarde

- » 13h às 15h - "Inclusão e educação: impasses de desejo na sociedade contemporânea"  
Leny Magalhães Mrech, professora da USP
- » 14h15 às 15h30 - "Política educacional e inclusão social: acertos e contradições"

Maria Alice Rosmaninho, coordenadora da Secretaria de Educação Especial do Estado de São Paulo

- » 15h30 às 16h45 - "Educação inclusiva e o preparo do professor"  
Darcy Raiça, coordenadora do curso de pós-graduação *lato sensu* Educação Inclusiva Deficiência Mental da PUC-SP

O auditório do hotel Travel Inn fica na Rua Borges Lagoa, 1.209, Ibirapuera.

# Campanha denuncia privatização e desnacionalização do ensino

"Educação não é mercadoria", lançada em todo o país, cobra controle e regulamentação do setor privado

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos do Ensino (Contee) acaba de lançar, com o apoio dos SINPROs de todo o país, a campanha "Educação não é mercadoria", com o objetivo de chamar atenção da sociedade para a crescente privatização e os riscos de desnacionalização do ensino brasileiro.

O movimento pretende denunciar a atuação do setor privado que tem colocado os interesses meramente mercantis à frente dos educacionais, como se essa fosse uma prestação de serviço qualquer. A lógica adotada hoje por boa parte dos empresários da educação é:

alunos como clientes, professores e funcionários como empregados a serviço do lucro.

A campanha quer também cobrar do governo mais controle sobre a atuação do setor, estabelecendo a regulamentação do ensino privado no país. No início do ano, a Contee já havia divulgado carta aberta ao presidente Lula, destacando a importância da defesa da educação como um bem público. O documento alertava para o fato de que a legislação em vigor pouco tem contribuído para o efetivo controle das empresas de educação.

Além de cartazes (veja foto ao lado), os organizadores produziram um pequeno

vídeo da campanha, que já está disponível na internet ([www.contee.org.br](http://www.contee.org.br)). O mesmo vídeo será exibido em salas de cinema de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e em Minas Gerais.

Os professores podem ajudar na divulgação da campanha. Cartazes do movimento estão disponíveis no Sindicato. Os interessados devem solicitar o material pelo e-mail [imprensa@sinprosp.org.br](mailto:imprensa@sinprosp.org.br). O vídeo da campanha pode ser encaminhado aos colegas por e-mail. Basta divulgar o link <http://www.youtube.com/watch?v=Kljyn3x7ADk>.



## CAMPANHA SALARIAL

# Ensino superior: veja o que muda na nova convenção

### Abrangência

Esta cláusula foi acrescida de um parágrafo que determina que quando o professor for contratado em um município para exercer sua atividade em outro, prevalecerá o cumprimento da convenção do município onde o serviço é prestado.

### Atestados médicos e abono de faltas

Os professores não precisarão mais convalidar os atestados médicos para garantir o abono de falta. O atestado do próprio médico já pode ser entregue diretamente ao departamento de recursos humanos ou departamento pessoal da escola para abonar a falta.

### Abono de falta por luto

Será garantido o abono falta de três dias por motivo de luto em decorrência do falecimento de sogro(a), neto(a) ou irmão(a).

### Adicional por tempo de serviço

Ficam desobrigadas de pagar o adicional por tempo de serviço as instituições que dispuserem de um adicional semelhante em seu plano de cargos e salários. A mantenedora deverá apresentar, no momento da homo-

logação, documentos que comprovem o pagamento ao professor do referido adicional.

### Estabilidade na pré-aposentadoria

Foram ampliados os prazos para a comprovação do período de estabilidade.

### Homologação

As mantenedoras devem pagar as verbas rescisórias no dia seguinte ao término do aviso prévio, se trabalhado, ou dez dias após o desligamento, se indenizado. Em caso de atraso no pagamento das verbas, a instituição estará obrigada a pagar multa no valor de um mês da remuneração do professor. A partir do 20º dia de atraso na homologação da rescisão, a contar da data do pagamento das verbas, a mantenedora terá pagar multa diária de 0,2% do salário mensal.

### Delegados sindicais

O número de delegados sindicais aumenta. Nas instituições com a até 50 professores, será garantida a eleição de 1 representante; até 200 professores, 2 representantes; até 350 professores, 3 representantes; e mais de 350 professores, 4 representantes.

### Bolsa de estudo

Os filhos de professores poderão usufruir as bolsas de estudos integrais, sem qualquer ônus, desde que não tenham 25 anos completos ou mais na data da efetivação da matrícula no curso superior.

Em breve o SINPRO-SP enviará a todos os professores sindicalizados o livreto com a íntegra da convenção coletiva de trabalho 2007. O documento já está disponível no site do Sindicato.

## CONVENÇÃO COMENTADA

# Garantia de emprego à professora gestante

As professoras que trabalham nas escolas particulares em São Paulo têm estabilidade de emprego do início da gravidez até 60 dias após o término do afastamento legal. É o que garantem as convenções e acordos coletivos de trabalho da educação básica, do ensino superior, do Sesi e Senai.

É uma conquista que vem sendo renovada a cada data-base e importante porque amplia o prazo estabilidade. Em geral, a garantia de emprego das trabalhadoras gestantes

vigora do comunicado da gravidez até o fim da licença-maternidade de 120 dias, estabelecida na Constituição Federal. As professoras, entretanto, têm mais 60 dias, sem que as escolas possam demitir.

Por isso, na eventualidade de uma demissão, o aviso prévio só começará a contar a partir do término do período de estabilidade de 60 dias. Fique atenta!

[confira a íntegra das cláusulas no endereço [www.sinprosp.org.br/direitos.asp](http://www.sinprosp.org.br/direitos.asp)]

E D U C A Ç Ã O

# Tiro ao Doutor

## A mira no professor universitário

Anna Gicelle Garcia Alaniz\*

Nos últimos dois anos, a cada fim de semestre, surtos de pânico acometem o corpo docente das instituições particulares de ensino superior. É que esse é o período de "tiro ao doutor". É o momento em que as instituições demitem o "excedente" de mão-de-obra em nome da "eficiência" e da redução de custos.

Sabemos que o MEC exige um número determinado de mestres e doutores para aprovar e reconhecer a abertura de cursos superiores nas instituições privadas. A nota que as comissões de reconhecimento atribuem aos novos cursos está diretamente relacionada com o nível de qualificação do corpo docente. O que não sabemos é por que o MEC se omite em relação ao destino desses profissionais após o reconhecimento desses cursos.

Estamos assistindo impotentes ao aviltamento da condição dos professores universitários devido ao excesso de profissionais no mercado e devido à mercantilização do ensino superior. Houve nos últimos anos uma proliferação inconsistente de instituições privadas de grandes redes, cujo único objetivo é o lucro e que se destinam a absorver estudantes de média e baixa renda, sem acesso à universidade pública. Os donos e administradores dessas instituições "desconhecem" os mais básicos princípios da pedagogia e oferecem um tipo de ensino que acreditam "até bom demais para seus alunos de segunda e terceira classe".

Nesse contexto, os docentes têm seus direitos trabalhistas flagrantemente desrespeitados e sua liberdade de ação tolhida por estúpidas normas internas, que rebaixam a qualidade das aulas e humilham profissionais de primeira linha. E, normalmente, após o reconhecimento do curso por parte do MEC, começa uma ação sistemática de descarte dos docentes com titulação de doutor, para baratear os custos da folha de pagamento. Em seu lugar, mestres e especialistas assumem e se prestam a todo tipo de humilhações para não perder seus empregos.

Uma dessas conhecidas redes de ensino, que recentemente se espalhou pela região metropolitana de Campinas e cobriu várias cidades com seus outdoors - que são uma pequena amostra de seu marketing agressivo -, é um exemplo vívido do que estamos enfrentando. Entrando no mercado com pretensões megalômanas, essa instituição mantém um preço competitivo, penalizando



seu corpo docente e a qualidade de seus cursos. O período de quatro horas/aula encerra-se às 22 horas para diminuir o adicional noturno dos docentes; a extensão letiva dos cursos diminui a cada ano, e atividades totalmente estapafúrdias são consideradas como horas/atividade para atender aos critérios elásticos do MEC; normas de "qualidade" são desculpas esfarrapadas para a padronização das aulas, retirando toda a capacidade de iniciativa dos docentes e preparando o caminho para a implantação dos sistemas de ensino a distância, que visam a total eliminação dos docentes da folha de pagamento.

Por essas e outras e devido ao seu marketing absolutamente agressivo, essa rede de ensino semeou o pânico em instituições particulares mais tradicionais, com décadas de serviços prestados à comunidade. Para se conservar no mercado, essas instituições mais antigas passaram a diminuir sistematicamente seus custos e têm procedido demissões coletivas de doutores que chegam a números assustadores, que ultrapassam a centena de profissionais por instituição. Essas demissões atingem docentes com muitos anos de serviço e conhecida reputação pedagógica, que estão sendo jogados em um mercado de trabalho quase inexistente, uma vez que os anúncios de jornais solicitando mestres e doutores visam apenas a montagem de cursos para reconhecimento pelo MEC e não uma relação empregatícia honesta e duradoura.

Uma das áreas de ensino que mais prolifera no momento é a da, assim denominada, gestão de negócios. Cursos como administração e ciências contábeis, que no passado eram apenas encontrados em escolas de comércio, adquiriram status de ensino superior apenas ao incorporar conteúdos humanísticos em suas grades curriculares. Hoje, para baratear seus custos, enganam o MEC eliminando essas matérias humanísticas e "ajustando" seu conteúdo de maneira pífia em outras matérias que deveriam ser correlatas. É o caso dos cursos de ciências contábeis que eliminam a disciplina de cultura brasileira, incorporando-a à de economia em nome desses ajustes curriculares.

O aluno oriundo da rede pública de ensino, aqui em São Paulo, já vem prejudicado por ter sido vítima da famigerada "progressão continuada", que a mídia insiste em ignorar. Os estudantes chegam ao ensino superior com deficiências atrozes de conteúdo básico, quando não completos analfabetos funcionais. Nós, que ministramos as matérias de conteúdo humanístico, fazemos esforços sobre-humanos para suprir suas carências e conseguir que desenvolvam suas potencialidades para poder acompanhar as matérias mais técnicas.

Agora, que estamos sendo demitidos em massa, o que acontecerá com esses alunos? "O Admirável Mundo Novo" de Aldous Huxley já chegou e não foi necessário o uso da genética. Bastaram algumas gestões

do PSDB para que uma geração inteira de jovens se transforme em profissionais-gama com diplomas de terceira categoria. Assim, os ricos continuarão cada vez mais ricos e os pobres agora têm sua ignorância reconhecida e sustentada por diplomas universitários assinados e reconhecidos pelo MEC.

A prova cabal do descalabro desse sistema é o exame realizado pela OAB para admitir em sua categoria os bacharéis recém-formados. O exame da Ordem reprova a maior parte dos alunos oriundos dessas novas redes de ensino, devido à baixa qualidade dos cursos. Índices de 10 a 17 por cento de aprovação contra os mais de 60 por cento das instituições mais tradicionais falam por si sós. Se houvesse exames isentos para todas as outras categorias profissionais, o quadro grotesco que se desenharia talvez acordasse nossas autoridades.

O que já aconteceu aqui em São Paulo é irreversível. Mas e o futuro? Até quando a mídia, o MEC e os tecnocratas vomitadores de estatísticas vão fingir que está tudo bem? Quem deve ser processado e responsabilizado por toda essa esbórnia? Que país queremos?

\*Anna Gicelle Garcia Alaniz é doutora em história social pela USP

O artigo foi originalmente publicado na revista "Caros Amigos"

## PERDAS E DANOS

# Pequenas cobranças, grandes tormentos

## Escolas tumultuam rotina dos professores com exigências descabidas e intimidadoras

As escolas parecem estar se aprimorando na tarefa de complicar a vida dos professores. Cada vez mais aparecem com novas regras ou pequenas cobranças que tumultuam nosso cotidiano profissional e também pessoal. Como se não bastassem os problemas e dificuldades enfrentados todos os dias, lá vêm coordenadores e diretores com idéias que, no final das contas, só resultam em mais estresse. Para nós, é claro.

Quer ver só? Agora, se ao término da aula algum aluno solicitar a atenção do professor, pedir alguma explicação complementar – coisa que, aliás, acontece com frequência, todos nós sabemos – a situação vai se complicar. Isso porque algumas escolas resolveram estabelecer limite de

tempo para o professor marcar no relógio de ponto o horário da saída (isso acontece também na entrada). Então, terminou a aula, o professor precisa sair correndo para marcar seu ponto, caso contrário vai arrumar dor de cabeça com a coordenação que, evidentemente, está muito preocupada em eliminar qualquer risco de pagar hora extra. O professor que resolve o dilema: dar atenção aos alunos ou sair correndo para passar o ponto?

Tem mais. O tempo para a escola e para o professor passa de forma diferente. Sim, porque se a escola tem que cumprir prazos, mede-se o tempo por "dias úteis". Assim, há mais prazo para o empregador se organizar, produzir e entregar. Mas quando é o

professor quem precisa entregar algum material para a escola, mede-se o tempo por "dias corridos". Então, se você aplicou uma prova na sexta-feira, bem, caro colega, corra para corrigir e entregar as notas. De preferência, use seu fim de semana para trabalhar e não correr o risco de não entregar tudo no tempo certo.

Aliás, seu tempo fora da escola não interessa. Se você tem uma vida para cuidar também não interessa. O importante é estar pronto para atender à solicitação da escola, quando ela quiser. Se o exame médico periódico, por exemplo, foi marcado em dia diferente daquele que você leciona, qual o problema? Dê um jeitinho na sua agenda (ou apele para a mágica, se você leciona

em outra escola naquele dia) Afinal, a escola espera que você entenda que não foi fácil marcar aquele horário na clínica para você. Seja compreensivo!

Mas não é só isso. Além de compreensão é preciso simpatia. Você tem suas tarefas, suas responsabilidades, horários, enfim, as obrigações como professor e procura dar conta de todas elas com profissionalismo. Ok. Mas não faça cara feia para os "convites" que a coordenação te faz. Sabe aquela festa junina que já está chegando? Ou aquele evento especial na escola no sábado, o dia todo? Ajude, faça sua parte, vá feliz. Não coloque as coisas apenas na perspectiva de que é uma tarefa fora de seu horário contratual. Afinal, você foi "convidado", não?

## AGENDA

## SINPRO-SP oferece pós-graduação *lato sensu* em educação especial para uma escola inclusiva

A partir de 28 de maio estarão abertas as inscrições para curso de especialização *lato sensu* em educação especial que o SINPRO-SP oferece a partir de julho, em sua sede, em parceria com o CRDA (Centro de Referência em Distúrbio de Aprendizagem).

O curso tem objetivo de contribuir e apoiar a formação dos educadores no trabalho com os portadores de deficiência e promover a reflexão e debates sobre os aspectos filosóficos, político, teóricos e técnico-científicos no processo de construção de um sistema educacional que ofereça respostas para todos.

A carga horária total é de 375 horas. O curso é dirigido aos professores dos diversos níveis e várias áreas do conhecimento e demais profissionais das áreas de educação. As aulas terão início em julho de 2007.

Os interessados devem fazer sua inscrição na sede do Sindicato (Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino), das 8h30 às 17h30. Até 28 de junho terão prioridade na inscrição os professores sindicalizados. A partir de 29 de junho, serão aceitas as inscrições dos demais interessados. Vagas limitadas.

[mais informações: [www.sinprosp.org.br/escola.asp](http://www.sinprosp.org.br/escola.asp)]

## TRABALHO

## Aposentados que continuam trabalhando podem sacar o FGTS

Os trabalhadores aposentados que continuaram trabalhando na mesma empresa – ou seja, que mantiveram o mesmo vínculo empregatício – podem agora sacar o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço acumulado desde a concessão da aposentadoria e também sacar o valor do FGTS depositado mensalmente.

Os trabalhadores que se enquadram nessas características já podem solicitar os saques em qualquer uma das agências da CEF. Para isso é preciso apresentar os seguintes docu-

mentos: documento fornecido pelo INSS que comprove a aposentadoria, carteira de trabalho e o Cartão Cidadão (ou cartão de inscrição no PIS/PASEP), cópia simples do RG, CPF e da Carteira de Trabalho (as páginas com identificação e foto, qualificação e o contrato de trabalho da referida conta).

Quem tiver dificuldade na solicitação do saque pode se dirigir à agência da CEF Santa Cruz (Rua Domingos de Morais, 2.444, Vila Clementino) e dizer que é professor associado ao SINPRO-SP.

## SERVIÇOS

## Programa de Saúde Vocal

Desde 2001, o Sindicato mantém em sua sede o Programa de Saúde Vocal com o objetivo de orientar os professores a prevenir problema na voz. Esse trabalho garante avaliação, orientação, aprimoramento e tratamento vocal. O serviço é totalmente gratuito e funciona em parceria com o Centro de Estudos da Voz (CEV).

Para agendar uma avaliação vocal, basta ligar para o Sindicato (5080-5988) ou enviar um e-mail para [voz@sinprosp.org.br](mailto:voz@sinprosp.org.br). Confira no [www.sinprosp.org.br](http://www.sinprosp.org.br) os dias de atendimento do Programa. É possível também consultar dicas e orientações no guia "Bem-estar vocal – uma nova perspectiva para cuidar da voz", elaborado pelo Sindicato e o CEV. Confira no endereço: [http://www.sinprosp.org.br/arquivos/sausedoprofessor/bem\\_estar\\_vocal.pdf](http://www.sinprosp.org.br/arquivos/sausedoprofessor/bem_estar_vocal.pdf)

## Espaço Digital

Leia as reportagens especiais do [www.sinprosp.org.br](http://www.sinprosp.org.br)

- » **Filosofia na sala de aula** – Professor Sílvio Gallo, um dos criadores de DVD sobre Filosofia no ensino médio, fala em entrevista exclusiva ao SINPRO-SP sobre ensino, formação e dificuldades de aplicar a disciplina em sala de aula.
- » **Sintonizando a educação** – Livro recém-lançado revela que ouvir rádio nas escolas pode ser uma boa maneira de estimular a curiosidade e incentivar a democracia.
- » **Notícias por e-mail** – Receba as novidades do Sindicato toda semana no seu e-mail. Cadastre-se no endereço: [www.sinprosp.org.br/boletim\\_eletronico.asp](http://www.sinprosp.org.br/boletim_eletronico.asp)